

Associativismo, profissões e políticas públicas
III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão temática
Gênero, reestruturação e precarização nas relações de trabalho

**O mercado de trabalho de Vitória: um recorte da
desigualdade de gênero**

**DÉBORA DE PAULA BOLZAN
MARIA MADALENA DO NASCIMENTO SARTIM**

O mercado de trabalho de Vitória: um recorte da desigualdade de gênero¹

DÉBORA DE PAULA BOLZAN²

MARIA MADALENA DO NASCIMENTO SARTIM³

Resumo: Este trabalho refere-se a uma reflexão em torno das mudanças em curso no mundo do trabalho, e do atual modelo de acumulação econômica, baseado no padrão de “acumulação flexível” e como essas diversas transformações culminaram na evolução da participação feminina no mercado de trabalho. A partir de dados oficiais estatísticos do IBGE, por meio do Censo Demográfico de 2000 buscamos analisar a atual situação das mulheres no mercado de trabalho de Vitória, demonstrando empiricamente como as mulheres encontram-se em postos de trabalho e em condições desiguais e precárias em relação aos homens no mercado de trabalho.

Palavras-chave: gênero, desigualdade de gênero, mercado de trabalho.

Introdução

Este trabalho tem como objeto a situação da mulher trabalhadora no mercado de trabalho de Vitória, no período de 2000. Para explorar o objeto faz-se necessária uma breve explanação sobre a categoria gênero.

Segundo Camacho (2007) é a partir das diferenças sexuais entre homem e mulher ou feminino e masculino, que a sociedade criou as chamadas representações de gênero. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas historicamente pela sociedade e não pela diferença entre os sexos, assim, utilizamos as expressões de gênero ou relação de gênero como categoria que representa essas diferenças (CAMACHO, 2007).

Com base em Saffioti (2004), consideramos a categoria gênero como uma relação entre sujeitos históricos situados historicamente e participantes de um modelo de produção capitalista que se apropria das relações desiguais de gênero para explorá-la a seu favor. Dessa forma, a sociedade em que vivemos hoje tornou-se desigual para as relações de

¹ Este estudo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Espírito Santo, junto ao Departamento de Serviço Social como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social Das alunas Débora de Paula Bolzan e Maria Oneida de Andrade, sob orientação da Professora Doutora Maria Madalena do Nascimento Sartim.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil(2008); Auxiliar de Ensino da Universidade Federal do Espírito Santo , Brasil.

gênero, na qual “ser mulher não apenas é diferente de ser homem, como também implica inferioridade, desvalorização, opressão” (SAFFIOTI, 2004, p.276-77),

Justificativa e objetivos

A “acumulação flexível” ou reestruturação produtiva implantou um conjunto de mudanças no mundo de trabalho, entre elas, ocasionou uma intensa precarização da força de trabalho para toda a classe trabalhadora. Uma das conseqüências dessa precarização foi processo de feminização do trabalho, que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Dessa forma, as mulheres passaram a ocupar os empregos com piores condições e piores remunerações, sendo perversamente exploradas no mercado de trabalho. Nessas condições, os empregos não-qualificados tendem a ser feminilizados, como uma espécie de mão-de-obra tipicamente feminina (LEITE, 2007).

Acompanhando a tendência de aumento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, Vitória registrou em 2000 47% da PEA do município composta por mulheres, o que demonstra a relevância empírica deste trabalho diante do objeto de estudo. A análise dos dados censitários deste trabalho também se constituiu uma importante ferramenta para a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, especialmente as voltadas para gênero, tanto para o Estado do Espírito Santo, quanto para a sua própria capital.

Acreditamos que a pesquisa é uma importante ferramenta de conhecimento e de intervenção da realidade. Este estudo ampliará, pois, os estudos de gênero com recorte no processo de trabalho, além de fornecer parâmetros para se conhecer e analisar o perfil dos trabalhadores no município de Vitória. Tais informações são de grande relevância para organizações sindicais, profissionais e de classe, assim como para a tomada de decisões nos investimentos do setor público e privado.

Diante do exposto, este estudo busca examinar em que condições o trabalho feminino está inserido no mercado de trabalho do município de Vitória. Levantando a discussão sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, no papel e na representação política, social e cultural da mulher e como estas transformações têm culminado na sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

Metodologia

O estudo que ora apresentamos tem um caráter exploratório e trata-se de uma pesquisa de tipo documental, na qual a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos” elaborados por fontes estatísticas primárias particulares e oficiais (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 177). Mas é importante ressaltar que, também utilizamos a pesquisa bibliográfica com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca do tema apresentado.

Consideramos que a teoria social crítica marxista é a que melhor explica a temática deste estudo por considerar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais como partes que se completam, como elementos articulados e imbricados da totalidade. Neste sentido, é importante “situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa”. Dessa forma, a condição histórica, social e econômica da mulher não pode ser analisada como um fato social isolado. Baseamo-nos nesta “perspectiva, que é crítica, histórica e ontológica” para buscar explicar a situação da mulher nas suas diversas esferas na atualidade. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, 36-7).

As informações sobre o mercado de trabalho de Vitória são oriundas de bases de dados oficiais, principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁴), que abarca o Recenseamento Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa mensal de Emprego (PME). Também utilizamos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que por sua vez utilizou os dados do IBGE para a elaboração das tabelas utilizadas neste trabalho.

Os seguintes indicadores sobre o mercado de trabalho foram utilizados para retratar as desigualdades de gênero: condição de atividade (Pessoa Economicamente Ativa e Não Economicamente Ativa); rendimento médio; grupos de ocupação da mão-de-obra; nível de escolaridade; rendimento mensal; atividades desenvolvidas pelas pessoas ocupadas; horas trabalhadas por semana; responsáveis pelo domicílio e pessoas empregadas com ou sem carteira de trabalho assinadas.

Pesquisamos dados oficiais que trazem informações sobre Vitória, para entender como a discussão da precariedade do trabalho pode ser visualizada na capital. Para tanto, fez-se uma breve reflexão em torno do trabalho flexível e como este fato atinge as mulheres capixabas. Deste modo, apresentamos quantitativamente dados secundários do IBGE, coletados através do Censo Demográfico⁵ de 2000; adotando como procedimento de análise o estudo empírico quantitativo de dados secundários. Os dados coletados foram submetidos à análise crítica. Em sua grande maioria, tais dados já se apresentam em tabulações, normalmente representados graficamente, em tabelas ou quadros. As tabelas e o gráfico apresentados nesse trabalho foram reelaborados e editados para uma melhor visualização e interpretação.

⁴ Através da "Série Relatórios Metodológicos", o IBGE documenta e divulga as metodologias empregadas nas diversas fases do planejamento e execução de suas pesquisas. Por meio da explicitação dos procedimentos usados e do amplo debate técnico daí proveniente, o IBGE tem como objetivo o aprimoramento dos conceitos e métodos utilizados e, portanto, de pesquisas futuras. A consulta da metodologia empregada pelo IBGE no Censo Demográfico 2000 pode ser consultada através do site WWW.ibge.gov.br.

⁵ Os Censos Demográficos são a única forma de informação sobre a situação de vida da população em cada um dos municípios e localidades do País. Os censos constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas. Levando em consideração que o Censo Demográfico é realizado num período de dez em dez anos, os dados do ano de 2000 do Censo apresentam-se como o banco de dados que melhor abarca a atualidade da mulher capixaba. Os censos produzem informações fundamentais para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos privados ou governamentais. A coleta do Censo Demográfico 2000 foi realizada no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2000, sendo que foram recenseadas todas as pessoas residentes em domicílios no Território Nacional, na data de referência.

Resultados

A crise do modelo fordista no final da década de 1960 culminou num conjunto de estratégias e medidas de ajustes que visavam à reestruturação da economia. Tais estratégias acarretaram num reajustamento social e político denominado por Harvey (1992) de “acumulação flexível” e visavam a “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 140). Este padrão de acumulação

envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 1992, p. 140).

A passagem do fordismo para a acumulação flexível resultou em profundas mudanças no processo de trabalho. O mercado de trabalho passou a ser regido por contratos e regimes de trabalho mais flexíveis por parte das empresas que se aproveitam da desmobilização sindical e do grande “exército de reserva” disponível para “fragilizar os vínculos contratuais, precarizando e desestabilizando os postos de trabalho e segmentando ainda mais a “classe trabalhadora” (LEITE, 2007, p.9).

Dessa forma, a reestruturação produtiva é introduzida no Brasil “resguardando a característica do próprio mercado brasileiro, ou seja, a heterogeneidade produtiva e a desigualdade no mercado de trabalho”. Ela é o “resultado de um crescimento econômico perverso, que cada vez mais concentra renda (fusões, incorporações, privatizações)” que aprofunda ainda mais o fosso entre empregados e desempregados (SEGNINI, 2000, s.p).

Este “novo” padrão de acumulação marca uma revolução no papel das mulheres na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho, como assinala Harvey (1992, p.146)

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalhos num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados.

Nesse contexto, a mulher que já vinha paulatinamente adentrando no mercado de trabalho, passa a aumentar sua participação ocupando postos de trabalho característicos da acumulação flexível. São empregos marcados, aponta Leite (2007, p.34) por “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado e terceirizado”. Essas ocupações são em geral feminizadas.

Assim, o processo de reestruturação produtiva trouxe de um lado o crescimento do desemprego para um grande contingente de trabalhadores, e de outro, o aumento da incorporação de mão-de-obra feminina. Como analisa Guiraldelli (2007, p.6), a entrada da mulher no mercado de trabalho apresenta um caráter paradoxal, “pois temos a inserção da mulher na cadeia produtiva ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vem atravessando um estágio de precarização nas formas de produzir”. Dessa forma, a precarização contribui para que as mulheres continuem em ocupações desprestigiosas e instáveis. Essas ocupações continuam a crescer, mesmo em tempos de crise, porque são formas de trabalho que envolvem baixos salários, emprego em tempo parcial e contratos de trabalho flexíveis (Guiraldelli, 2007, p. 7).

Contribuindo, Antunes (2007) comenta que na “classe trabalhadora” atual um

contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso da classe trabalhadora. Essa não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital [...] (2007, p. 53).

Acrescentando, Sanches e Gebrim (2003) ressaltam que o contexto de perda de direitos sociais e de precarização do trabalho são conseqüências da era flexível que atingem todos os postos de trabalho em nível geral, mas com maior intensidade para os empregos femininos. Dessa forma,

No mercado de trabalho, o que se observou, a partir dos anos de 1990, foi o crescimento do desemprego, a expansão do assalariamento sem carteira e dos trabalhadores autônomos, a redução dos rendimentos e da contratação com carteira assinada e de benefícios garantidos em lei. O resultado sobre as famílias foi a diminuição da qualidade de vida dos indivíduos e o aumento do desemprego do chefe do domicílio, obrigando os demais membros da família a buscar um posto de trabalho para aumentar a renda familiar (SANCHES; GEBRIM, 2003, p.1-2).

Assim, o início do século XXI é marcado pela crescente precarização das relações de trabalho e enorme exército de reserva, engrossando o chamado “setor informal”.

Somam-se a essas transformações em curso no processo de trabalho as mudanças sociais e políticas que vêm ocorrendo nas últimas décadas do século XXI sobre a mulher. Vejamos algumas.

A instituição familiar registrou enormes mudanças no papel da mulher, tanto que “ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade” (RAGO, 2004, p. 33). Tais mudanças “desconstruíram na prática e na teoria as tradicionais associações do

feminino com a natureza, a emotividade e a irracionalidade” (RAGO, 2004, p. 35), o que trouxe para as mulheres novas possibilidades, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho. Há novas formações familiares, menos centralizadas e des-hierarquizadas, possibilitando a mulher independência econômica, emocional e sexual. Dessa forma, a composição familiar tornou-se mais flexível e dotada de novas características, inclusive em muitas unidades domésticas elas “substituem os homens também ao se tornarem provedoras do lar, ao mesmo tempo que devem se responsabilizar pelo próprio organismo ou por sua gravidez” (RAGO, 2004, p. 39). Outro fator de mudança ocorreu na educação da mulher, que evoluiu muito num espaço de tempo curto. Atualmente as mudanças no comportamento das mulheres e sua crescente qualificação e elevado nível de escolaridade tendem a conservar seus vínculos empregatícios, mesmo quando tem filhos.

Na política as transformações também se tornaram nítidas. O final do século XX e o início do século XXI revelam um crescente aumento da presença feminina no espaço público, marcando uma diferença em relação ao passado. Vivemos em 2010 um período eleitoral histórico na evolução da participação política da mulher, no qual concorrem ao cargo de presidenta do Brasil duas mulheres. E de fato, “as mulheres de todas as classes, etnias e gerações invadiram o mundo público, mesmo que, na maior parte das vezes, não ocupem postos de comando” (RAGO, 2004, p.32-3). Entretanto, é possível observar que

[...] as mulheres entraram na vida pública com disposição de quem veio pra ficar. Não estão somente lutando por reivindicações, mas adquiriram essa consciência mais profunda de que existem, de que sua vontade e seus desejos também têm espaço no mundo dentro e fora de suas casas. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 251).

Com base na conjuntura exposta analisamos a seguir dados que abordam a realidade da mulher capixaba no mercado de trabalho de Vitória em tempos de “acumulação flexível” e de transformações sociais e políticas no papel das mulheres.

Tabela 1: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, condição de atividade na semana de referência, por sexo- Vitória- 2000

Condição de Atividade	Sexo	
Total	Total	247.404
	Homens	115.060
	Mulheres	132.344
Economicamente Ativas	Total	150.093
	Homens	79.438
	Mulheres	70.655
Não Economicamente Ativas	Total	97.311
	Homens	35.622
	Mulheres	61.689

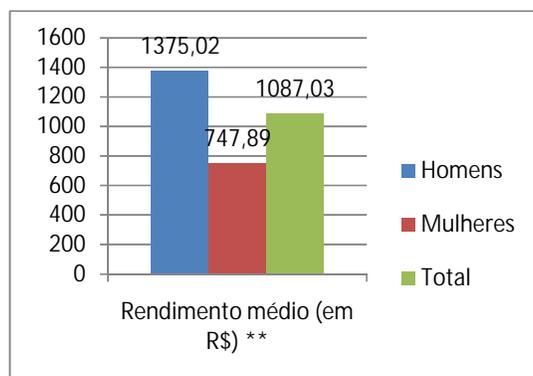
Fonte: IBGE/Censo Demográfico

População Economicamente Ativa (PEA): A Tabela 1 mostrou que Vitória tem 60,7% de PEA sendo que destes, 47% são mulheres e 53% homens. Elas representam 63,4% das pessoas Não Economicamente Ativas, ou seja, se levarmos em consideração a população total da capital, as mulheres representam mais da metade desta população, mas no mercado de trabalho estão em quantidade menor.

O aumento da PEA feminina pode ser atribuído a uma série de fatores indissociáveis. A partir da década de 70, a expansão do mercado brasileiro, o aumento da urbanização e o crescimento acelerado da industrialização brasileira favoreceram o aumento do emprego para ambos os sexos. As transformações de comportamento e de valores do papel social da mulher também vêm a contribuir, somada da diminuição do número de filhos, liberando-a para o trabalho e ainda, a expansão e acesso das mulheres ao Ensino Superior (BRUSCHINI, 1994).

Maiores mudanças são verificadas a partir da primeira metade da década de 1980 no Brasil e anos correntes, consolidando e diversificando a presença feminina no mercado de trabalho. O período foi marcado pelas altas inflações e pela busca de estabilização, somada as mudanças da década de 1990, com as privatizações e a abertura comercial e financeira da economia. Tais mudanças afetaram diretamente os postos de trabalho, aumentando a competição das empresas, levando-as a cortar postos de trabalho e a adotar práticas flexíveis, tanto para as empresas quanto para os vínculos trabalhistas em nome da reestruturação produtiva e de sua própria sobrevivência no mercado. Nesse contexto, a mulher já vinha paulatinamente entrando no mercado de trabalho, mas a acumulação flexível impulsionou ainda mais este aumento.

GRÁFICO 1– Rendimento médio, por sexo, da PEA ocupada na semana de referência-Vitória- Censo 2000.



Fonte: Censo 2000. Elaboração MTE.

**Rendimento Médio Corresponde ao valor resultante da divisão entre a soma dos rendimentos de um conjunto de pessoas, e o número de pessoas desse conjunto. Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

Rendimento médio: As informações provenientes do Censo Demográfico 2000 mostram a discrepância salarial entre os sexos através da grande diferença de

Rendimento Médio, no qual o masculino é 84% maior que o feminino na capital, conforme constata o gráfico 1.

Escolaridade: Em Vitória, 35,9% da população possuem o segundo grau completo, o equivalente em 2010 ao ensino médio ou técnico. As pessoas com Superior Completo representam 24,9% do emprego formal. Chama atenção a grande quantidade de pessoas com a 4ª série incompleta (6,2%) e a 8ª série incompleta (6,0%), que representam dos vínculos empregatícios. Ou seja, mais da metade de todos os empregos formais em Vitória são ocupados por pessoas com baixa escolaridade.

Tabela 2– Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e seção de atividade do trabalho principal (pessoas) - Vitória 2000

Sexo	Seção de atividade do trabalho principal	
Total	Total	125.679
Homens	Total	67.964
	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	695
	Pesca	476
	Indústria extrativa	910
	Indústria de transformação	7.580
	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	664
	Construção	7.241
	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	14.780
	Alojamento e alimentação	3.466
	Transporte, armazenagem e comunicação	6.154
	Intermediação financeira	1.875
	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8.938
	Administração pública, defesa e seguridade social	5.866
	Educação	3.045
	Saúde e serviços sociais	2.708
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.616
Serviços domésticos	256	
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	
Atividades mal especificadas	694	
Mulheres	Total	57.715
	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	170
	Pesca	20
	Indústria extrativa	133
	Indústria de transformação	3.859
	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	290
	Construção	713
	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	8.072
	Alojamento e alimentação	3.938
	Transporte, armazenagem e comunicação	1.315
	Intermediação financeira	1.831
	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	5.192
	Administração pública, defesa e seguridade social	5.602
	Educação	7.038
	Saúde e serviços sociais	6.167
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.900
Serviços domésticos	8.791	
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	
Atividades mal especificadas	684	

Fonte: IBGE/Microdados do Censo 2000.

Ocupações: Analisando os dados da Tabela 2 podemos perceber que os homens desempenham 2,8% dos Serviços Domésticos contra 97,2% das mulheres. Esta atividade é a que mais empregou as mulheres capixabas. Em seguida, as atividades de Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos representou 14% dos empregos femininos, seguida da Educação com 12,2% e a Saúde e serviços sociais com 10,7%. É possível observar a concentração da mão-de-obra

feminina de Vitória em áreas historicamente femininas, em atividades que envolvem cuidados e tarefas domésticas, também historicamente mal remuneradas. Em outras atividades como a Pesca, a concentração de homens e mulheres é mais discrepante ainda, sendo a Pesca ocupada por 20 mulheres e 476 homens e a Indústria extrativa ocupada por 133 mulheres e 910 homens.

O setor da Construção chama a atenção por empregar apenas 9% de mulheres e 91% de homens em relação ao total de empregos gerados e o setor de Transporte, armazenagem e comunicação empregou 82,4% dos homens e apenas, 17,6% das mulheres em relação ao total de empregos gerados. Como analisa Guiraldelli (2007), pouco se mudou ao longo da história, e na atualidade “ainda persistem as profissões consideradas femininas e outras masculinas, conforme atributos físicos e naturais”. O que prevalece, historicamente e atualmente é a “mão-de-obra feminina, com predomínio para o setor de serviços, como é o caso dos serviços domésticos, de escritório, ensino, saúde, judiciário e comércio”. Enquanto os homens concentram-se mais nos setores primário (agricultura) e secundário (indústria), realidades estas também encontradas em Vitória e constatadas na Tabela (GUIRALDELLI, 2007, p.10).

Dessa forma, devemos analisar os dados sobre Vitória baseando-nos na tendência mundial de retração dos setores primário e secundário. Analisa Pochmann (2001) que desde 1980 o emprego industrial vem regredindo, sendo que a partir de 1990 a economia brasileira apresenta uma “perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu perto de um milhão e meio de empregos no setor de manufatura”. Em contrapartida à retração do setor secundário, o setor terciário vem ampliando seus postos de trabalho, de forma que “a queda na participação relativa dos empregos no setor industrial e na agropecuária tem sido contrabalanceada, em parte, pela evolução das ocupações no setor de serviços” (POCHMANN, 2001, p.56-57). Essa tendência retrata a realidade de Vitória.

No entanto, as mulheres têm ocupado postos de trabalho em todas as áreas, mesmo que em modestas quantidades. Em atividades como Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal as mulheres representaram 19,6% dos postos de trabalho; Indústrias extrativas ocupam 12,7%. Já nas atividades de Alojamento e alimentação as mulheres atingem 53,2% dos postos de trabalho.

Rendimento das Pessoas Economicamente Ativas: As desigualdades entre os sexos na inserção no mercado de trabalho remunerado podem ser expressas também por meio dos diferenciais de salário. Analisando as classes de rendimento das Pessoas Economicamente Ativas na semana de referência, os dados do Censo 2000 mostraram que tanto homens quanto mulheres concentram-se em maior quantidade na faixa salarial de Mais de 1 a 2 salários mínimos. Quando analisamos esta faixa de rendimento por sexo, concluímos que 17,4% dos homens Economicamente Ativos e 21,6% das mulheres recebem entre 1 a 2 salários mínimos.

Podemos constatar ainda, que nas faixas salariais mais elevadas das tabelas divulgadas pelo Censo 2000, o número de mulheres é bastante reduzido em relação aos homens. Dessa forma, na faixa salarial que recebe Mais de 10 a 15 salários mínimos os homens representam 58,2% do total, e as mulheres 41,8%. Na faixa dos que recebiam Mais de 15 a 20 salários mínimos os homens representam 66,2% e as mulheres 33,8%. Na faixa

das pessoas que recebiam Mais de 20 a 30 salários mínimos, os homens representam 72,3% do total e as mulheres 27,7%. E por último, na faixa salarial de Mais de 30 salários mínimos, os homens representam 76,5% e as mulheres 23,5% do total. Portanto, quanto maior for o salário, menor é a concentração de mulheres, ou, à medida que o salário aumenta diminuí a quantidade de mulheres nas faixas salariais mais elevadas.

Pessoas Empregadas com carteira de trabalho assinada: as mulheres correspondem a 45,8% e os homens a 54,2% desta posição, sugerindo com isso, que os homens apresentam melhores condições no mercado de trabalho, por se incluírem em maior quantidade no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

Tabela 3–Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência por posição na ocupação de categoria do emprego do trabalho principal, sexo e grupos de idade

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal*	Sexo	Grupos de idade	Total
Empregados - outros sem carteira de trabalho assinada	Total	Total	22.552
	Homens	Total	10.138
		10 a 14 anos	171
		15 anos	223
		16 e 17 anos	602
		18 e 19 anos	914
		20 a 24 anos	2.495
		25 a 29 anos	1.209
		30 a 34 anos	794
		35 a 39 anos	853
		40 a 44 anos	834
		45 a 49 anos	752
		50 a 54 anos	399
		55 a 59 anos	373
	60 a 69 anos	398	
	70 anos ou mais	124	
	Mulheres	Total	12.414
		10 a 14 anos	140
		15 anos	135
		16 e 17 anos	719
		18 e 19 anos	1.050
		20 a 24 anos	2.887
		25 a 29 anos	1.969
30 a 34 anos		1.466	
35 a 39 anos		1.153	
40 a 44 anos		1.066	
45 a 49 anos	838		
50 a 54 anos	472		
55 a 59 anos	283		
60 a 69 anos	177		
70 anos ou mais	59		

Fonte: IBGE/ Microdados do Censo 2000

Notas: *Tabela adaptada para melhor visualização e interpretação.

Empregados sem carteira de trabalho assinada: Dos empregados nessa condição as mulheres representam 55% e os homens 45% destes, demonstrando que as mulheres estão em piores condições no mercado de trabalho que os homens. Pinheiro e Soares (2003, p.20) afirmam que as mulheres “encontram-se mais concentradas, proporcionalmente, em trabalhos informais e precários do que os homens”.

É necessário pontuar, com base em Leite (2007) que o trabalho informal é apenas “uma das expressões da precarização do trabalho, que tem caracterizado o modo de inserção de grande parte dos trabalhadores, notadamente, das trabalhadoras, no mercado de

trabalho”. As conseqüências de reestruturação produtiva atingiram toda a classe dos trabalhadores, formais ou informais, mas no informal os efeitos perversos deste padrão são mais facilmente visualizados (LEITE, 2007, p. 70).

Grandes grupos de ocupação: Quando consideramos os Grandes grupos de ocupação no trabalho principal, o setor de serviços é o grande empregador, tanto para homens quanto para mulheres. O grupo de Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados foi o responsável por empregar 39% dos homens e 61% de mulheres.

Do total de empregos do grupo de Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca as mulheres ocuparam apenas 5% destes postos, contra 95% de homens. E o grupo Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares concentrou 93% de homens e apenas 7% de mulheres, dos empregos deste grupo. Assim, o trabalho da mulher aparece sempre ligado a delicadeza e a destreza, em oposição ao trabalho pesado e grosso realizado pelos homens, criando uma relação entre “a tarefa e quem faz a tarefa” (Souza-Lobo, 1991, p.48).

Tabela 4-Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referencia, por sexo, grupo de hora habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal – Vitória, 2000

Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal	Sexo	Total 125.679
Até 14 horas	Total	3.809
	Homens	1.355
	Mulheres	2.454
15 a 29 horas	Total	13.103
	Homens	4.644
	Mulheres	8.459
30 a 39 horas	Total	18.450
	Homens	7.465
	Mulheres	10.985
40 a 44 horas	Total	46.644
	Homens	26.273
	Mulheres	20.371
45 a 48 horas	Total	16.422
	Homens	10.110
	Mulheres	6.312
49 horas ou mais	Total	27.251
	Homens	18.117
	Mulheres	9.134

Fonte: IBGE/Microdados do Censo 2000.

Horas trabalhadas: Ao analisarmos a Tabela 4 encontramos a maior concentração de pessoas no grupo de 40 a 44 horas semanais, o que corresponde a 37,1% dos trabalhadores nessa jornada. Em seguida, o grupo de 49 horas ou mais representa 21,7% dos trabalhadores. No grupo que representa a maior quantidade de horas trabalhadas por semana, 49 horas ou mais, os homens representam 66,5% e as mulheres 33,5%.

Os dados permitem ainda, notarmos que nos três primeiros grupos de jornadas semanais reduzidas as mulheres estão em maior quantidade que os homens. Elas representam 64,4% no grupo de Até 14 horas; 64,5% no grupo de 15 a 29 horas; 59,5% no grupo de

30 a 39 horas. Nos grupos de maiores jornadas os homens são a maioria, representando 56,3% do grupo de 40 a 44 horas; 61,6% do grupo de 45 a 48 horas e 66,5% do grupo de 49 horas ou mais. O trabalho em tempo parcial é historicamente uma marca do trabalho feminino. Mas, como afirma Leite (2007, p.35), em tempos de acumulação flexível “as várias formas de trabalho parcial e terceirizado tornaram-se parte constitutiva do processo de produção”, tornando as condições de trabalho cada vez mais instáveis e as jornadas de trabalho mais intensas.

Um dos fatores que influenciam a concentração das mulheres nos grupos com jornada parcial está associado, mas não somente, a possibilidade de compatibilizar o trabalho com as tarefas domésticas, conciliando assim, a dupla e às vezes tripla jornada de trabalho. Uma vez que seu salário é visto como complementar na renda da casa, a mulher pode ocupar-se de trabalhos parciais e com menores remunerações, reafirmando a desigualdade na inserção da mulher no mercado de trabalho.

Responsáveis pelo domicílio: O Censo Demográfico 2000 registrou um Total de 85.558 pessoas responsáveis pelos domicílios de Vitória, sendo que 66,2% são homens e 33,8% mulheres. Essa diferença para os sexos sugere também uma diferença salarial, já que historicamente a responsabilidade pelo domicílio é atribuída pela pessoa que apresenta maior salário, o homem.

Grupos de anos de estudo: Quando analisamos os grupos de anos de estudo pesquisados pelo Censo Demográfico, constatamos que no grupo de 11 a 14 anos de estudo, as mulheres representam 56% e os homens 44% deste grupo. Dentro deste grupo, observamos que 23% de homens e 15,2% de mulheres recebem Mais de 5 a 10 salários mínimos. Nos rendimentos mais altos deste grupo, 4,5% de homens e 1,2% de mulheres obtêm os rendimentos de Mais de 20 a 30 salários mínimos; e por último, 3,9% de homens e 0,8% de mulheres recebem Mais de 30 salários mínimos. Dessa forma, e possível afirmar que mesmo as mulheres representando 56% do grupo de 11 a 14 anos de estudo isso não se reflete nos rendimentos recebidos pelas mesmas.

No grupo de 15 anos ou mais de estudo, o mais elevado na pesquisa do Censo 2000, as mulheres representam 51,8% e os homens 48,2% deste grupo. Neste grupo 24,6% dos homens e 8,5% de mulheres ganham Mais de 30 salários mínimos. Assim, apesar de os homens estarem em menor quantidade no grupo de 15 anos ou mais de estudo, eles concentram-se mais nas classes de rendimentos mais elevadas, decrescendo para os menores. O mesmo não acontece com as mulheres, que apesar de representarem um quantitativo maior no grupo de 15 anos ou mais de estudo concentram-se nas classes de rendimento medianas.

Considerações finais

Os dados mostraram que a precaridade das relações de trabalho atinge o conjunto dos trabalhadores do município de Vitória, principalmente através de salários modestos, escolaridade baixa, alta concentração da mão-obra no setor terciário. Porém, quando analisamos os dados através do recorte de gênero percebemos que a situação da mulher neste mercado é ainda mais desvantajosa. Como aborda Segnini (2000, s.p), “as

mulheres foram pioneiras em ocupar postos de trabalho precários, que estavam por vir para ambos os sexos, no contexto da reestruturação produtiva”; de tal modo que “elas continuam campeãs em informalidade e precariedade e começam a ser mais atingidas pelo desemprego em vários setores” (SEGNINI, 2000, s.p).

Constatamos diferenciais de participação entre os sexos no mercado de trabalho. Foi possível detectar, através da exploração dos dados censitários diversas formas de desigualdade de gênero no mercado de trabalho de Vitória, dentre eles:

a) o rendimento médio do homem é 84% maior que o das mulheres; sinalizando desníveis salariais discrepantes;

b) grande concentração das mulheres no setor terciário, principalmente nas áreas mais precárias, com destaque para os Serviços Domésticos; no qual os homens ocupam 2,8% destes postos de trabalho e as mulheres 97,2%. Os dados do mercado de trabalho revelam que o emprego doméstico foi o tipo de inserção que mais incorporou à crescente PEA feminina. Sendo, portanto, uma área de trabalho que tem historicamente o sexo como fator determinante. Como analisa Bruschini (2007), a realidade observada em Vitória é uma parte do todo observado no Brasil sobre o trabalho doméstico:

A ocupação de trabalhadora doméstica ainda representa nos dias de hoje oportunidade de colocação para mais de 6 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e é considerada precária em função das longas jornadas de trabalho desenvolvidas pela maioria das trabalhadoras, pelo baixo índice de posse de carteira de trabalho (apenas 25% delas) e pelos baixos rendimentos auferidos (96% ganham até dois salários-mínimos) (BRUSCHINI, 2007, p.22).

c) concentração dos sexos em áreas distintas. Percebemos que os homens concentram-se nas seguintes atividades: nas Atividades Imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas; na Indústria de Transformação e na Construção. Já as mulheres, concentram-se nas atividades de Serviços Domésticos; Educação e Saúde e serviços sociais;

d) constatação de que os homens recebem os salários mais elevados, sendo que na faixa que recebe Mais de 20 a 30 salários mínimos os homens chegam a 72,3% e as mulheres a 27,7% dessa faixa salarial. Na faixa que recebe Mais de 30 salários mínimos os homens somam 76,5% e as mulheres 23,5% desses rendimentos, mostrando com isso que as mulheres estão mais concentradas que os homens nas menores classes de rendimentos e ainda, que quanto maior é a classe de rendimento menor é a participação da parcela feminina nas faixas mais elevadas de rendimento;

e) os homens encontram-se em maior quantidade entre as pessoas ocupadas Com carteira de trabalho assinada, sendo 54,2% deles e 45,8% delas. Já no grupo das pessoas Sem carteira de trabalho assinada, as mulheres somam 55% e os homens 45%;

f) grande diferença de horas trabalhadas semanalmente entre os sexos. No grupo de 49 horas ou mais habitualmente trabalhadas por semana, os homens chegam a 66,2% e as mulheres a 33,5% deste grupo. Já no grupo de Até 14 horas, elas representam 64,4% no grupo;

g) dos responsáveis pelos domicílios 66,2% são homens e 33,8% mulheres.

h) quando analisamos os anos de estudo, as mulheres atingem 54% e os homens 44% do grupo de 11 a 14 anos de estudo, contudo, elas estão concentradas nas faixas salariais mais inferiores para este grupo, sendo que para este tempo de estudo 23% de homens e 15,2% de mulheres recebem Mais de 5 a 10 salários mínimos. Para o grupo de 15 anos ou mais de estudo, as mulheres somam 51,8% e os homens 48,2% deste grupo, mas estão os homens, concentrados nas faixas salariais mais elevadas de todas as tabelas.

Diante do exposto, é possível constatar que as mulheres trabalhadoras capixabas não assumem condições de igualdade no mercado do trabalho de Vitória frente aos homens, encontrando-se em condições mais precárias, inseguras e instáveis. Dessa forma, a mulher capixaba chega ao século XXI ocupando posições marcadas pelo desprestígio social, flexibilizadas, precárias e com parcas remunerações, “porque os trabalhos considerados precários são trabalhos eminentemente femininos” (LEITE, 2007, p.38).

Nessa conjuntura, a globalização e a reestruturação produtiva afetam todas as relações de trabalho, mas com as piores consequências para os postos ocupados por mulheres, pois

Nessas condições, as tendências que vêm caracterizando atualmente o mundo do trabalho conseguem estender-se à totalidade do trabalho social, alterando as condições de trabalho de toda a classe trabalhadora. Entretanto, parece que esses efeitos são sentidos ainda com maior intensidade pela mulher trabalhadora. Dado o conjunto heterogêneo do trabalho social na atualidade, as mulheres inserem-se, com maior frequência, nos segmentos assalariados majoritários, que são atingidos por formas intensificadas de exploração do trabalho (LEITE, 2007, p.38).

Apesar do pessimismo que este estudo nos revela, nosso trabalho não tem a intenção de produzir um olhar vitimista das mulheres. Pelo contrário, devemos destacar a idéia de que as mulheres têm buscado e construído estratégias de inserção e de igualdade no mercado de trabalho e em outras esferas sociais. O movimento feminista, o movimento de mulheres, os atuais movimentos de bairros, a participação política, a elevação da escolaridade, as universidades, fórum de debate, etc. são estratégias de luta e debate crítico sobre a situação da mulher que contribuíram e vêm continuamente contribuindo para que o tema entre na discussão pública.

Consideramos também que a inserção das mulheres no mercado de trabalho, não significa apenas receber um salário pelos serviços prestados, mas, como aponta Saffioti (1979, p.58) “significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la sair da natureza para fazer cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto fonte de equilíbrio” e que vem contribuindo e impulsionando a luta das mulheres por seus direitos, rompendo com silêncio histórico.

Neste sentido, é importante ressaltar que a situação da mulher em seus diversos espaços e principalmente no mercado de trabalho também se encontra em movimento dialético, em constante processo de transformação, de mudança. Vivemos num contexto de transformação, quanto aos papéis e valores sociais, políticos, culturais e econômicos que incidem sobre a mulher. A família está mudando, a participação política da mulher

aumentando, a PEA feminina crescendo ascendentemente, etc. A mulher vem assumindo novos papéis, mas ainda mantém os tradicionais, no entanto, as mudanças são inquestionáveis.

Deste modo, é necessário lutar para a criação de políticas públicas e da efetivação das já existentes. E são as próprias mulheres que devem dar continuidade, firmeza e intensidade as lutas a favor de gênero. Essa luta é, portanto, em primeiro lugar, das mulheres para as mulheres, mas também de toda a sociedade.

As mulheres estão provando a cada dia que “estão dispostas a deixar o confronto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 251).

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, E. R, BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007, (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2).

BRUSCHINI, C. Mulher brasileira é assim. In: **O trabalho da mulher no Brasil**: tendências Recentes. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. São Paulo, abril de 2007. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/seminario/BRUSCHINI.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

CAMACHO, T. **Mulher, trabalho e poder**: O machismo nas relações de gênero da UFES. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1940.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no mundo do trabalho: história e atualidade.

Revista Rede de Estudos do Trabalho, a. I, n. 1, 2007. Disponível em:

<<http://www.estudosdotrabalho.org>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

LEITE, A.T.B. **Precarização do trabalho**: uma abordagem das desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Goiânia. Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Acesso em 23/11/2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo2010>

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. I).

PINHEIRO, S.; SOARES, V. **Brasil**: Retrato das Desigualdades Gênero Raça. 2003. Disponível em: WWW.ipea.gov.br, acesso em 06 de janeiro de 2010.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. B. I. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: **Posfácio: Conceituando Gênero**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHES, Solange; GEBRIM, Vera Lucia Mattar. **O trabalho da mulher e as negociações coletivas**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 May. 2009.

SEGNINI, L. R. P. **Educação e trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 maio 2010.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.